

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O relatório relativo a Portugal no âmbito do Semestre Europeu de 2018, divulgado pela Comissão Europeia no passado dia 7, afirma que as mudanças promovidas pelo atual Governo em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) agravaram as desigualdades no país. Esse efeito é particularmente preocupante dada a opção, do mesmo Governo das Esquerdas, de em 2016 e 2017 aumentar diversos impostos indiretos (combustíveis, veículos, tabaco, bebidas alcoólicas, selo) que são reconhecidamente regressivos.

Os impostos indiretos são regressivos, ao aplicarem taxas iguais a pessoas com rendimentos muito diferentes, custando por isso muito mais a pagar a quem é mais pobre. Segundo os relatórios dos Orçamentos do Estado apresentados pelo próprio Governo, a maioria parlamentar das Esquerdas impôs aos Portugueses, pelo efeito de medidas discricionárias de alteração tributária (e não considerando os efeitos do ciclo económico), um aumento de mais de 800 Milhões de euros em impostos indiretos em 2016 e 2017 - a que acresce, segundo o Governo, novo aumento de 150 milhões de euros em 2018.

Durante a discussão da proposta de lei do OE 2018 o Grupo Parlamentar do PSD chamou a atenção para que a política fiscal do Governo das Esquerdas se mostrava marcadamente regressiva, assumindo-se assim como agente agravante das desigualdades em Portugal. O PSD alertou, então, para o impacto regressivo, quer do aumento dos impostos indiretos, quer das alterações nos escalões no IRS.

A avaliação agora publicada pela Comissão Europeia vem confirmar essa preocupação e sustentar a triste evidência de que o Governo das Esquerdas está a adotar uma política fiscal que contribui para o agravamento das desigualdades em Portugal.

De acordo com a Comissão Europeia, “em termos de distribuição, tanto a reversão total da sobretaxa para os escalões de imposto mais elevados como a alteração da estrutura dos escalões conduzem a aumentos do coeficiente de Gini, o que significa uma maior desigualdade

na distribuição dos rendimentos, aspeto que é apenas marginalmente compensado por uma ligeira descida do coeficiente induzida pelo aumento do rendimento líquido garantido.”

A Comissão conclui que **“o impacto distributivo global revela assim uma tendência regressiva, sendo os principais beneficiários as famílias da metade superior da distribuição de rendimentos”**.

Ou seja, segundo a Comissão Europeia, não apenas a redução da sobretaxa, mas também as mudanças nos escalões de IRS têm um efeito de agravamento das desigualdades.

Ora, o IRS é o imposto que por conceção e princípio constitucional deveria ser progressivo e, assim, contribuir para a redução das desigualdades. Não se compreende, portanto, como até neste imposto, o Governo das Esquerdas toma decisões de efeito regressivo e que agravam as desigualdades.

Recorde-se, ainda, que também em 2016 o Governo adotou uma medida no imposto sobre os lucros das empresas (IRC), o programa de reavaliação de ativos, cujos benefícios - segundo avaliação da Unidade Técnica de Apoio Orçamental – se concentram praticamente num grupo muito pequeno de sete muito grandes empresas, todas situadas no escalão mais elevado de IRC.

Ou seja, a política fiscal do Governo e da Maioria das Esquerdas, seja nos impostos indiretos, mas pelos vistos também nos impostos diretos, mostra-se regressiva e, portanto, contribui para agravar as desigualdades em Portugal.

Num tempo em que a atividade económica, o esforço das empresas e os resultados de reformas estruturais passadas, viabilizam o crescimento económico e do emprego que puxam pela redução das desigualdades, é lamentável que o Governo das Esquerdas aja em sentido contrário, adotando uma política fiscal de efeitos regressivos.

O PSD, através dos seus Deputados no Parlamento Europeu, está a solicitar à Comissão Europeia a análise detalhada produzida pelo modelo EUROMOD que alcançou aquela conclusão da tendência regressiva das alterações ao IRS introduzidas no Orçamento do Estado para 2018.

Do mesmo modo, interessa conhecer análises e os resultados de simulações econométricas comparáveis que as autoridades portuguesas possam ter realizado relativamente ao efeito regressivo ou progressivo e impacto nas desigualdades das principais alterações ao IRS introduzidas na Lei do Orçamento do Estado para 2018.

Importa, pois, conhecer os estudos que terão estado na origem das decisões do Governo em matéria de IRS, ou que terão avaliado o impacto dessas mesmas decisões, nomeadamente no que se refere ao impacto sobre as desigualdades de rendimento das famílias portuguesas, para aferir em que medida esses estudos e análises confirmam, ou infirmam, as conclusões da Comissão Europeia.

Face ao exposto, vêm os deputados abaixo assinados, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requerer à Autoridade Tributária e Aduaneira e ao Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças, através de Vossa Excelência, os estudos ou análises econométricos relativamente

aos efeitos regressivos ou progressivos, e o impacto nas desigualdades, das principais alterações introduzidas pela Lei do OE 2018 no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), em particular as que se prendem com a reformulação dos escalões, a abolição da sobretaxa e alteração do rendimento líquido garantido (considerados quer conjuntamente, quer separadamente).

Palácio de São Bento, 12 de março de 2018

Deputado(a)s

ANTÓNIO LEITÃO AMARO(PSD)

DUARTE PACHECO(PSD)

INÊS DOMINGOS(PSD)

CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

JOSÉ DE MATOS ROSA(PSD)

MIGUEL MORGADO(PSD)

RUBINA BERARDO(PSD)

ULISSES PEREIRA(PSD)